



D. PEDRO II, O SEU REINADO E O ADVENTO DA REPÚBLICA

F. Silveira do Prado

Transcrição de conferência proferida, pelo autor, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), em 24 de março de 1987.

Aborda, com elegância, clareza e concisão de linguagem, os principais acontecimentos que marcaram o 2º Império e, dentro deles, esboça o perfil de D. Pedro II, por meio do qual explica sua ação de governo.

A Defesa Nacional selecionou o trabalho para publicação nesta edição para, revivendo a história do Império e da Proclamação da República, cuja efeméride se insere neste bimestre, promover reflexões sobre o atual momento histórico nacional.

D. PEDRO II, ORIGENS E FORMAÇÃO

No dia 2 de dezembro de 1825 D. Pedro I subia o outeiro da Glória para ir dar graças a Deus pelo nascimento, nesta data, do seu filho D. Pedro de Alcântara.

Ele veio à luz no Paço da Boa Vista, em São Cristóvão, sendo, portanto, carioca suburbano, mas era parente consanguíneo de quase todas as famílias reinantes na Europa.

Os avós foram Francisco I, Imperador da Áustria, e el-rei D. João VI, o monarca que elevava a

“Cidade Maravilhosa” — por mais de uma década — à capital do “ilustre reino lusitano”.

Ainda não contava nove meses, ele já era reconhecido herdeiro presuntivo do trono.

Com um ano e dias fica órfão de mãe, a Imperatriz D. Carolina Josefa Leopoldina e, a 7 de abril de 1831, o pai abdica, em seu favor, a coroa do Império e parte para a Europa.

Aos 5 anos era aclamado Imperador. Ganhou um trono, mas — como se disse — perdeu o lar paterno, passando a viver o drama dos menores enjeitados.

D. Pedro I morre em Lisboa e ele fica em completa orfandade aos 9 anos. Este fato e o de ter voz fina, o tornaram constrangido e tímido. Ainda por cima, aos 18 anos incompletos, sofre uma decepção nupcial: casa-se com princesa diferente do belo retrato recebido, baixa e claudicante de uma perna, a virtuosa D. Tereza Cristina.

A orfandade, o defeito da voz, e o casamento sem amor o vieram privar dos afetos essenciais, tanto que num dos seus versos, declarou: “Coube-me o mais funesto dos destinos”.

D. Pedro II puxou ao ramo materno.

Sua vocação era para o magistério, as ciências, as letras, as coisas do espírito.

No desempenho das funções de Soberano, porém, tornou-se um escravo, escravo do dever, e assim

carregou a sua cruz de governante a vida inteira.

Não cursou nenhuma escola. Não prestou exame, nem recebeu diploma algum. Seus estudos foram feitos dentro mesmo do Palácio Imperial, onde vivia ilhado, assistido pelo médico, o Dr. Jobin, e recebendo lições de escolhidos mestres.

Desta forma, rei sob medida, foi moldado nas regras do bom tom e da etiqueta.

O pai o queria “patriota, homem de honra”, e o tutor, um “monarca bom, sábio e justo”. Os educadores conseguiram torná-lo, de menino enfermigo, amarelinho e tímido — num belo moço, robusto e desempenado, como mostra o retrato no final deste artigo.

Para sublimar as frustrações muito influiu a convivência diária com o Frei Pedro de Santa Mariana, o venerando perceptor, e a Camareira-mor, D. Mariana Carlota Verna de Magalhães Coutinho. Ambos o ajudaram a ser modesto, atencioso, e incutiram-lhe a moderação, o jeitinho que é o sal da terra brasileira.

O pai do Visconde de Taunay, entre os outros professores, despertou-lhe a sede do saber, e o Marquês de Itanhaém, Manoel Ignácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho — substituto de José Bonifácio na tutoria — o advertia com freqüência.

“A tirania, a violência da espada, o derramamento de sangue, nunca fazem bem”.

O aprendizado político foi feito graças a Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o Visconde de Sepetiba, e também sofreu a influência do Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, o Mordomo da Casa Imperial.

D. Pedro consagrava todo o tempo disponível ao estudo, elevando os conhecimentos a nível incomum, e foi isto que lhe deu resignação, encheu o vazio da existência e dignificou-lhe a vida.

Fez-se poliglota, astrônomo amador e foi um dos brasileiros mais eruditos do seu tempo. A cultura adquirida possibilitou-lhe exercer a liderança entre os estadistas, assim como explica a longa duração do seu reinado.

Em 1840, com a antecipação da Maioridade, termina a época tempestuosa da Regência, que vinha exercendo o governo em nome do monarca.

A 23 de julho D. Pedro II iniciou o seu governo.

E assim, aos 15 anos incompletos “pelos acasos da fortuna e do nascimento” — como disse — achase Senhor quase absoluto de imenso Império onde cabem todos os países da Europa. Eram oito milhões e meio de km², divididos em 18 Províncias, formando arquipélagos de canaviais e fazendas de criação.

Mas, com D. Pedro II, o Brasil começa a ser governado por brasileiro.

D. PEDRO II, O SEU REINADO

1ª Fase — Revoluções

De início o 2º reinado teve de fazer face ao caudilismo e aos pruridos separatistas das Províncias.

Os políticos desencadearam uma série de revoluções de alto a baixo do País.

Luiz Alves de Lima e Silva, mais tarde o Duque de Caxias, em 1841, pacifica o Maranhão, talado por onze mil “balaios”; no ano seguinte, as Províncias de São Paulo e Minas Gerais e em 1845 põe termo à revolução dos “Farrapos”, integrando o Rio Grande do Sul na comunhão nacional.

Em 1847, foi instituída a Presidência do Conselho de Ministros, iniciando-se o parlamentarismo à moda inglesa.

Dois anos depois, com o término da revolução praieira, encerra-se o ciclo das lutas fratricidas.

Havia o Império, pela espada de Caxias, sufocado o espírito de revolta e feito a unificação da pátria.

2ª Fase — Guerras

Dom Juan Manoel Ortiz de Rosas, o ditador da Confederação Argentina, pretendia anexar o Uruguai e o Paraguai, visando a reconstituir o Vice-Reinado do Prata.

Para isso, manteve Montevideu sitiada pelas forças de Manuel Oribe e, estas, em suas tropelias, co-

metem morticínios e arrebanham centenas de milhares de gado em território brasileiro.¹

“Rosas” — segundo o historiador paraguaio Manuel Rodrigues — “hacia clavar cabezas humanas en picas y las mandaba exponer en plazas y caminos”, e “Oribe confiscava los benes de los unitários, los degollaba como a perros”.²

Vinte mil brasileiros, sofrendo escaramuças e tocáias, marcham 500 km e chegam a Entre Rios. Oribe capitula e Rosas é derrotado na batalha de Monte Caseros — onde brilhou a Divisão Brasileira.

Em 1853 D. Pedro inspira a política de conciliação, produzindo salutar trêgua interna. Tenta Mauá mudar a face colonial do País, implantando indústrias e serviços vistos lá fora, mas faltou-lhe apoio do governo para vencer a concorrência estrangeira.

Francisco Solano Lopes, o ditador do Paraguai, por questões de limites e navegação, leva o Brasil a uma guerra que durou de 1865 até 1870, porque D. Pedro II só admitia a paz com a prisão ou o desterro daquele Marechal.

Os paraguaios haviam saqueado a Cidade de São Borja e depredado a de Uruguaiana. Sitiados aí cinco mil, o Imperador lhes evitou o massacre. Enormes prejuízos foram causados também em Mato Grosso, mas o Brasil abriu mão das

reparações e restituiu os troféus da guerra.

A República instituindo arbitramento — é certo — iria evitar hecatombes inúteis, amortecer rivalidades internacionais e resolver pacificamente as questões lindesiras.

Com o gradual afastamento imperial dos negócios públicos, o regime, que ele personificava, também entrou em declínio, ocasionando diversas crises e questões.

Crise Social

A sociedade baseava-se no trabalho servil, sendo, os escravos, simples mercadorias, objeto de compra e venda.

Estampas de Rugendas e Debret mostram mercados humanos no Valongo e na rua Direita, bem próximo ao Paço Imperial.

Acusava-se D. Pedro I pelo tardio desenlace dessa questão.

De um lado — o Imperador sofria forte pressão interna e estrangeira — por outro, tinha em mente o assassinato do Presidente Lincoln ocorrido em 1865. Parente seu, o Imperador Alexandre II, da Rússia, também fora morto por haver abolido a escravidão em seu país.

Daí o receio expresso nas leis paliativas, as ausências do Sobera-

¹ P. Calógeras — “Formação Histórica do Brasil” — Bib. do Exército — pg. 290.

² “El Alma de la Raza” — Casa Editora de Candido Zamphilopolos, Assuncion, 1918, p. 66 a 68.

no nos momentos decisivos, o marca-passo na abolição.

O Paraguai, em 1869, abolia a escravidão "para a nação ser guiada pela estrada da civilização", mas, os brasileiros — seus inspiradores — teriam de ser o último país a fazê-lo.

A 28 de setembro de 1871, foram declarados livres todos os nascidos no Brasil e criado um fundo de emancipação para extinção gradual do cativo.

Entretanto, ainda em 1883, eis como se executava uma sentença de 200 açoites em praça pública. Narra José Feliciano de Oliveira em seu livro "Os Pais da República": "Amarrado a uma escada o pobre negro berrava com o dorso e as nádegas em sangue, lanhados pelo azorrague".

Só três anos depois seria abolida esta horripilante pena.

Tudo era fruto da época — é certo — mas o retardamento indefinido do problema, ia causando trágicas consequências: administradores de fazendas eram mortos por maus tratos infligidos a escravos e estes, retirados das cadeias e trucidados, como aconteceu em Valença, Rezende e Rio Bonito, "com afronta à lei e à civilização", segundo o Presidente fluminense José Leandro Godoy e Vasconcellos.

O Exército esquiva-se a prender "os pobres negros que fugiam à escravidão" e então os cativos

desertam as fazendas e engenhos. Dez a doze mil descem a Serra de Cubatão e são acoitados em Santos.

O êxodo logo se generaliza e leva o governo a tomar providências definitivas.

A 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, como Regente, subcreve a "Lei Áurea" estinguindo a escravidão.

Realizou-se, desse modo, uma das maiores transformações sociais ocorridas no século — através dos meios legais — enquanto custara aos E.U.A. anos de sangrenta guerra civil, cifras astronômicas e, para Vianna Mogg, nada menos de um milhão de mortes.³

O Brasil assim agindo mostrou ao mundo como resolver questões sociais pacificamente.

A abolição, porém, abalou os fundamentos do Império. A monarquia ficou com os dias contados.

Questão Religiosa

Um ministro passou a intervir nos negócios da Igreja, chegando a proibir a admissão de nocivos, e daí surgirem atritos entre as autoridades civis e as eclesiásticas.

A exigência da placitação das bulas e breves da Santa Sé gerou a questão episcopônica, sendo condenados dois prelados a vários anos de prisão com trabalho, e recolhidos a fortalezas.

³ "Bandeirantes e Pioneiros" — p. 200.

Como não havia lei fixando o crime e a pena, isto provocou enorme celeuma, e o Papa foi acompanhado em seus ressentimentos por todo o clero.

O Imperador comutou a pena para prisão simples, mas foi Caxias, o Chefe do Gabinete, quem impôs anistia, pacificando o mundo católico.

Desse modo, abalado ficou também o alicerce moral da monarquia, cuja Constituição considerava "sagrada" a figura do Imperador.

Questão militar

Caxias, em plena guerra do Paraguai, fora desprestigiado. O ministro da Guerra, um desafeto pessoal, passou a dar ordens diretas a seus comandados, e Zacarias de Góis e Vasconcelos, o Chefe do Gabinete, consentia que o atacassem injustamente pela imprensa que subsidiava.

Com o término dessa guerra — tão prejudicial para o Brasil — o governo ficou às voltas com a tropa prestigiada pelas vitórias alcançadas, e cometeu o erro de procurar enfraquecê-la.

Na Marinha — a da batalha do "Riachuelo" — tudo passou a ser precário, e o Exército da "Dezembrada", falho de meios técnicos e instrução profissional, ficou sem ocupação.

E na época era comum Oficiais do Exército serem sepultados como indigentes...⁴

Homens que se haviam briosamente batido no campo da honra vieram a ser atacados em sua honra pessoal, e foram punidos por se haverem defendido, chegando ao absurdo, a ponto de Conselheiro João Alfredo, em carta a Cotegipe, assim se referir:

... "duvidar que a justiça estivesse ao lado do governo, pois o fato era que alguns militares estavam sofrendo penas disciplinares por atos que uma resolução imperial posterior tinha declarado lícitos".⁵

Os Oficiais, compelidos a "pedir" o trancamento das notas injustas, confiaram ao Marechal Deodoro obter uma solução honrosa.

Mas D. Pedro, desprovido de interesse por assuntos militares, ou porque já fosse — como se disse — a sombra de si mesmo, deixou o apelo de Deodoro cair no vazio, vindo ele a ser demitido da Quartelmeiria do Exército, e destacado, para Mato Grosso, de onde só regressaria muito doente.

Em vão o Marechal Câmara procurava defender os seus camaradas.

Não havia mais a quem apelar, D. Pedro até queria transformar os Oficiais em professores, astrônomos e engenheiros...

⁴ A.J.S. Botafogo — "O Balanço da Dinastia" — Imprensa Nacional, 1890 — pg. 31, 40 e 47.

⁵ Tobias Monteiro — "Pesquisas e Depoimentos" — pg. 157 e 158.

O Exército cumpria o seu fardário, "a triste sina", segundo Calógeras, "de nunca ser compreendido pelos civis",⁶ esquecidos de que muitas vezes ele serviu de barreira humana, sem a qual a pátria e o regime teriam sucumbido.

Hoje civis e militares estão irmanados, mesmo porque uns e outros são responsáveis pela segurança nacional.

O Governo e a Oposição

Ao saber de uma acusação contra si, D. Pedro a atribuiu a engano, porque "o Sr. Euzébio de Queiroz" — disse — "juntava à alta capacidade, maneiras tão delicadas, que o inibiam de ofender a quem não pode reagir".

Situando-se nessas alturas, o Imperador dava plena liberdade aos maldizentes, e por isso, no Parlamento como na Imprensa, foi coberto de baldões, alvo de sátiras cruéis.

Adicionaram-lhe ao nome, o desta eflorescência indefinida estimada pelos símios. Contra a sua majestosa compostura atiraram a pecha de "Cesar caricato".

Semanalmente ele presidia o Conselho de Ministros, às vezes até altas horas, e aos sábados, dava audiência a todos e a todos ouvia com atenção.

A Imperatriz fazia crochê para encher as horas de solidão no Paço, e, muito caridosa, repartia os 96

contos de sua dotação anual pelos necessitados.

Nas viagens ao exterior, o Imperador custeava as despesas, e recusou subvenção sugerida na Câmara. Atribui-se a ele esses dizeres: "Entendo que despesa inútil é furto à Nação".

Cruzadores britânicos vieram cobrar indenização indevida e apresaram cinco navios à vista das fortalezas da barra do Rio de Janeiro, como haviam procedido no porto de Paranaguá em 1850, comprovando a necessidade da força para evitar injustiças.

Embora filósofo, D. Pedro II, não instituiu nenhum sistema de educação no País, quando, nos EUA, ela era universal e gratuita; custeou uma escola de ler, escrever, contar, e tanger — quer dizer — tocar, tocar música, e contribuiu para vários brasileiros estudarem na Europa.

Até 1869, porém, só houve, em todo o Império, uma única escola noturna para adultos.

Só em abril de 1880 abriu-se uma Escola Normal na Corte, e quando o Brasil — já na República — criou a 1ª Universidade, há três séculos já existia a de Haward. Na Argentina a Universidade de Córdoba data de 1613 e no Peru, desde 1551, a de São Marcos.

D. Pedro II muito teria feito pela instrução e, portanto, pelo progresso do Brasil, caso fosse outra a direção dada aos seus estudos.

⁶ Ob. cit; p. 340.

Crise Econômica e Política

Além das crises citadas, concorreram para a queda da monarquia, a econômica e a política.

Nos últimos anos, para dar alento ao regime, procurou-se levantar empréstimos e forjar Câmara liberal quase unânime.

Mas chegara a hora de trocar-se a monarquia constitucional pela República Federativa. O velho sistema centralizado e unitário já prestara os serviços a que fora chamado. As primícias para a mudança já se haviam realizados através do descontentamento gerado entre os fazendeiros, o clero e os militares.

Em 1870 surge o Partido Republicano, investindo contra o poder perpétuo e irresponsável, que Ouro Preto — fora do governo — qualificava de “monstruoso”.

O novo partido deita manifesto em que prega “Reforma ou revolução”.

Com o tempo, se foi agravando a saúde do Imperador — que chegara a tomar extrema-unção na Europa — e aumentando a virulência dos ataques contra o regime.

Para evitar republicanos no Parlamento, as eleições, mesmo as diretas, passaram a ser ainda mais burladas, tornando a representação popular cada vez mais espúria.

Na esteira da corrupção, o recrutamento tornou-se instrumento político. O militar era uma espécie

de bacamarte que se encosta a um canto da parede para a eventualidade da defesa e não o cidadão, como os outros que se especializam.

O Imperador escrevia a Itaboraí:

“... no meio da nossa desmoralização, será difícil desde já reerguer a fé que todos devem ter na marcha regular de nossas instituições”.⁷

E isto não era confessar a falência do regime?

Em 1887, o Dr. Antonio da Rocha F. Leão, Presidente da Província fluminense, em relatório oficial, exarava:

“O País pede uma política econômica, financeira e administrativa que mitigue os males do presente e lhe garanta futuro proporcional à sua grandeza”. E acrescentava: “É necessário adotar um sistema permanente de governo que tenha por mira o progresso”.

Gavião Peixoto, em reunião do Partido Liberal, assinalava “o estado de descontentamento das Províncias, aumentando diariamente as fileiras republicanas”, e já em 1885 Rodrigo Silva declarava:

“Nada mais resta a fazer senão

⁷ A. Celso — “O Visconde de Ouro Preto” — pg. 336.

ir para as janelas ver passar os funerais da Monarquia”.

O Padre João Manoel de Carvalho, no dia 11/06/1889, terminava discurso na Câmara, levantando um “Viva a República”, anunciando, assim, o fim do Império, e no dia 22 a “Gazeta da Tarde” estampava: “Os dias da monarquia estão contados. Os conservadores devem tomar a peito e fazer a transição para a República sem efusão de sangue”.

Ouro Preto, ao organizar Gabinete, expunha ao Parlamento que “as classes sociais se mostravam possuídas de profunda descrença, ou completo desânimo” e acrescentava: “todavia nada ousavam empreender para promover o progresso geral”.

Logo, era preciso alguém ousar fazer alguma coisa para o Brasil sair da estagnação e do atraso.

Ora três próceres do Partido Conservador, “o sustentáculo do Império”, sendo convidados, eximiram-se de organizar Gabinete, obrigando o Imperador a recorrer a Liberais.

Segundo o Visconde, na referida exposição, os do Partido Conservador “se confessaram impotentes para dirigir os negócios públicos.”

E isto não era a abdicação do poder?

O Imperador, a 15 de novembro de 1889 não foi chamado ao Rio, não teve conhecimento exa-

to da situação, nem foi ouvido sobre o emprego da tropa federal, que até se procurava substituir pela Guarda Nacional.

Segundo o seu amigo, o Visconde de Taunay, ele estava cada vez mais alheio aos assuntos políticos...

Ouro Preto telegrafia-lhe, para Petrópolis informando de que “O Governo contava poder conter os insubordinados”.⁸

Quem era o governo?

ADVENTO DA REPÚBLICA

O Exército, então, depõe o Ministério falsificador de eleições. Deodoro, rompendo o conformismo, proclama a República, mas sem derramamento de sangue, sem desacato ao Imperador e à família imperial, nos rumos do “amor por princípio, a ordem por base, e o progresso por fim”.

Ao retirar-se do País — narra um historiador — D. Pedro II, vestido de casaca, chega ao patamar da escada do Paço, estaca um momento e aos soldados que lhe apresentam armas, corresponde cheio de dignidade, tirando o chapéu.

No trajeto, do Paço da Cidade ao cais do embarque, via-se a escolta de honra, atestada pelas barretinas da Cavalaria, e em São Paulo, segundo Francisco Glicério, o povo percorria as ruas dando vivas à República.

⁸ Hélio Vianna — História do Brasil — 3º vol. pg. 94.

Acautelou-se, com elegância, a ida do ex-monarca para a Europa com todas as honras, respeito e deferência, levando a-bordo Ajudante de Ordens, o médico particular, todos os familiares, alguns fidalgos e criados, sendo até comboiado por navio de guerra ostentando a bandeira imperial. Só então — pelo império das circunstâncias — o governo republicano, a 21 de dezembro, expede o decreto de banimento, como mais tarde assegurou a repatriação dos despojos do Imperador e da Imperatriz, que estão na Catedral de Petrópolis “entre visões de paz, de luz e de glórias”, tal como ele queria e manifestou em versos. Acham-se, de modo peregrino, num túmulo de granito bem próximos do lugar onde os plumosos cantores os vinham despertar com os seus gorjeios.

Ali jazem envoltos no “ruço” e cercados de flores, em nobre recanto, onde mal se escuta o suave deslizar do Piabanha...

Antes de concluir, parece oportuno recordar que em 1889 as Forças Armadas, com o véu da discricção, acobertaram o Imperador de possíveis vexames, pois ele já havia sofrido um atentado à bala. O jovem Adriano do Vale disparou-lhe um tiro à saída do teatro Sant’Ana.

O Marechal Deodoro garantiu

a vida de D. Pedro e deu-lhe a mão para descer os degraus do trono.

O Almirante Jeceguai mostrou a conveniência do embarque ser feito de madrugada. Evitava de o ex-Soberano e a família ficarem expostos à curiosidade pública para assistir à partida e, se as manifestações fossem violentas, correria sangue, podendo até vitimar pessoa de sua afeição, mas fracas, ou nulas, lhe haviam de ser penosas aos sentimentos...

E assim foi proclamada a República no Brasil.

O Imperador no exílio declarou: “Lucrei imensamente. Vivo como entendo”.

E “sem um traço de sofrimento, suavemente, imperceptivamente”, diz Pedro Calmon “fugiu da vida”.⁹ Sim, a 5 de dezembro de 1891 deixou ele o cenário deste mundo, libertou-se.

Ao Imperador a República havia concedido o mais elevado subsídio vitalício.¹⁰

E é curioso — D. Pedro achava a República o melhor sistema de governo para o Brasil,¹¹ enquanto Deodoro era monarquista, como manifestou em carta ao sobrinho Clodoaldo da Fonseca.¹²

Metais de igual quilate, ambos constituem exemplos de patriotismo e desprendimento, pois — como disse Hélio Vianna — “poupa-

⁹ Pedro Calmon — op. cit. pg. 303.

¹⁰ Idem, pg. 298 e 301.

¹¹ Idem, pg. 209.

¹² Viriato Corrêa — “História da Liberdade do Brasil” — 2ª edição — Mec/Civilização Brasileira — 1974 — pg. 214.

ram à Pátria os horrores da guerra civil”.

CONCLUSÃO

O reinado de D. Pedro II — como se acaba de recordar — decorreu em sucessivas fases de revoluções, guerras e crises. Nele se fez a unificação da Pátria, a defesa de sua integridade, a ajuda aos povos vizinhos a libertarem-se, e, como

coroamento, a abolição do cativeiro.

E foi a falsificação eleitoral o cancro que o corroeu.

Pelas intenções de tornar o povo feliz e o amor dedicado ao Brasil, D. Pedro II merece que se lhe tribute o respeito devido ao velho Imperador, “cujas virtudes”, segundo Rui Barbosa, “eram muito maiores do que os seus defeitos”.¹³

E as benemerências do Monarca continuaram como faz certo o decreto constante do apêndice.

D. PEDRO II

No início do seu governo
e
no fim.



D. Pedro II

(Retrato extraído do livro de B. Mossé
— D. Pedro II - Imperador do Brasil)

¹³ “Novos Discursos e Conferências” — Livraria Acadêmica Editora — São Paulo — 1933 — pg. 429.

APÊNDICE

DECRETO Nº 5

“Considerando que o Sr. Dom Pedro II pensionava, de seu bolso, a necessitados e enfermos, viúvas e órfãos, para muitos dos quais esses subsídios se tornara o único meio de subsistência e educação;

Considerando que seria crueldade envolver-se na queda da Monarquia o infortúnio de tanto desvalidos;

Considerando a inconveniência de amargurar com esses sofrimentos imerecidos a fundação da República;

R E S O L V E :

Art. 1º — Os necessitados, enfermos, viúvas e órfãos pensionados pelo Imperador deposto, continuarão a perceber o mesmo subsídio, enquanto durar, a respeito de cada um, a indigência, a moléstia, a viuvez, ou a menoridade em que hoje se acharem;

Art. 2º — Para cumprimento dessa disposição se organizará, segundo a escrituração da Mordomia da Casa Imperial, uma lista discriminada quanto à situação de cada indivíduo e à quota que lhe couber;

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões do Governo Provisório, em 19 de novembro de 1889.

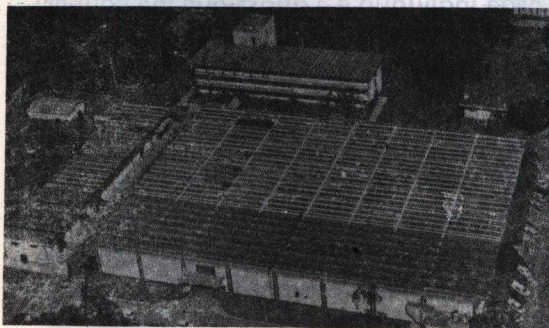
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório, Aristides da Silveira Lobo, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Manoel Ferraz de Campos Sales, Benjamim Constant Botelho de Magalhães e Eduardo Wandenkolk”.



FRANCISCO SILVEIRA DO PRADO – Gen. Div. Reformado – Foi Redator-Chefe da Revista “A Aspiração”, sócio Honorário e Benemérito da Sociedade Literária do Colégio Militar. Iniciou a carreira com a medalha de ouro “Duque de Caxias”, recebida como “prêmio ao mérito por estudo e comportamento”. (Revista Militar Brasileira, agosto de 1936, p. 16 e 17). Na Escola Militar do Realengo, os colegas do 1º

ano o elegeram seu representante no Diretório Acadêmico e no fim do curso foi classificado por merecimento intelectual entre os Aspirantes a Oficial Artur da Costa e Silva e Humberto de A. Castello Branco. Na Escola das Armas (Aperfeiçoamento de Oficiais) obteve nota de aptidão 8,80 (muito bem) e conceito de Oficial culto, enérgico e ativo, dotado de grande honestidade profissional. Diplomou-se em Estado-Maior com menção Bem. Fez curso jurídico com notas distintas e colocou grau em Ciências Jurídicas e Sociais, classificando-se em 1º lugar em sua turma. Escreveu o livro “A Guarda Policial Fluminense”, editado pela Imprensa do Exército. Foi sócio do Instituto Brasileiro de Geopolítica e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. É sócio remido do Clube Militar. Após 36 anos de serviço pediu transferência para a Reserva. Recebeu medalha de guerra e a militar de ouro. É sócio efetivo do I.G.H.M.B. Faz palestras e as publica.

SITELTRA NA VANGUARDA DAS TELECOMUNICAÇÕES MILITARES BRASILEIRAS.



VISTA AÉREA DAS INSTALAÇÕES DA SITELTRA

- Empresa dedicada às Telecomunicações, com ampla experiência, bom desempenho e confiabilidade.
- Sucessora da divisão de Telecomunicações da AEG TELEFUNKEN DO BRASIL S/A.
- Possui uma área de 46.000 m² dos quais 10.980 m² construída. Um quadro de 750 funcionários altamente especializados.
- Tem um dos mais completos laboratórios de desenvolvimento em Telecomunicações.



SITELTRA S.A.

Sistemas de Telecomunicações e Tráfego
Tecnologia AEG-TELEFUNKEN

Rua Tabaré, 551 - 04446 - S. Paulo, SP
Brasil - Caixa Postal 2021 - PABX
521-9011 - Telex (011) 34864 AEGT-BR

Telefunken